

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S/A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Acionistas e Diretores da
SM Geração de Energia Eólica S/A
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da SM Geração de Energia Eólica S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SM Geração de Energia Eólica S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à SM Geração de Energia Eólica S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2023.

SM Geração de Energia Eólica Ltda.
CNPJ: 13.783.102/0001-72
Balança patrimonial
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2022	2021	Passivo	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	92	131	Fornecedores	8 e 10	324	2.788
Aplicações financeiras	4	7.762	4.866	Financiamentos e Debêntures	9	6.465	6.857
Contas a receber	5	2.205	3.377	Obrigações tributárias		332	359
Estoques		21	10	Arrendamentos a pagar	7	371	198
Impostos a recuperar		141	18	Outras contas a pagar		135	579
Despesas antecipadas		55	2.558			7.627	10.781
		10.276	10.960				
Não Circulante				Não circulante			
Contas a receber	5 e 10	-	14.136	Financiamentos e Debêntures	9	72.195	75.995
Imobilizado	6 e 7	147.284	151.983	Partes relacionadas	10	12.910	27.501
Intangível		-	160	Passivo fiscal diferido		-	1
		147.284	166.279	Arrendamentos a pagar	7	6.425	5.827
						91.530	109.324
Total do Ativo		157.560	177.239	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		62.254	62.254
				Reservas de lucros		(3.851)	(5.120)
						58.403	57.134
				Total do passivo e patrimônio líquido		157.560	177.239

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SM Geração de Energia Eólica Ltda.
CNPJ: 13.783.102/0001-72
Demonstrações do Resultado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Receita líquida de vendas	13	26.826	29.310
(-) Custo dos produtos vendidos	14	(11.663)	(9.705)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		15.163	19.605
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(6.652)	(6.316)
Outras receitas/(despesas) líquidas	14	516	(8)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		9.027	13.281
Receitas financeiras	15	605	1.780
Despesas financeiras	15	(7.324)	(10.868)
(=) Resultado financeiro líquido		(6.719)	(9.088)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		2.308	4.193
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	16	(1.039)	(1.420)
(=) Lucro líquido do exercício		1.269	2.773
Lucro líquido por ação		0,020	0,044

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

SM Geração de Energia Eólica Ltda.
CNPJ: 13.783.102/0001-72
Demonstração do resultado abrangente
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício	1.269	2.773
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.269	2.773

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

SM Geração de Energia Eólica Ltda.
CNPJ: 13.783.102/0001-72
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021		62.254	(7.893)	54.361
Lucro líquido do exercício		-	2.773	2.773
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>62.254</u>	<u>(5.120)</u>	<u>57.134</u>
Lucro líquido do exercício	12.c	-	1.269	1.269
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>62.254</u>	<u>(3.851)</u>	<u>58.403</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

SM Geração de Energia Eólica Ltda.
CNPJ: 13.783.102/0001-72
Demonstrações dos fluxos de caixa
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício		1.269	2.773
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Juros e variações monetárias	6	5.655	5.506
(+) Depreciação e amortização		7.290	10.824
Reclassificação de despesas com arrendamento		100	-
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado		160	-
		14.474	19.103
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		(2.896)	914
Contas a receber		15.308	(2.175)
Estoques		(11)	22
Impostos a recuperar		(123)	1
Despesas antecipadas		2.503	833
Aumento líquido/(redução) nos passivos			
Fornecedores		(2.464)	(2.593)
Obrigações tributárias		(27)	123
Outras contas a pagar		(444)	407
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		26.320	16.635
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(173)	(962)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		(173)	(962)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas		(14.591)	(1.650)
Arrendamentos pagos		(679)	(468)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(3.399)	(4.261)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos		(7.517)	(9.423)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		(26.186)	(15.802)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(39)	(129)
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		131	260
No fim do exercício		92	131
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(39)	(129)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SM Geração de energia Eólica S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, S/n, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 20 de maio de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Portaria nº 330, de 14 de julho de 2014, com o início de sua operação em dezembro de 2019.

A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos 15, no município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, com 30.000kW de capacidade instalada constituída por dez unidades geradoras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 06 de março de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisões para desmobilização;
- Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.7. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.9. Arrendamento mercantil

3.9.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.9.2. Como arrendatário

A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.13. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.14. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia.

3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.15. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

3.15.1. Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia não considera impactos significativos nas demonstrações financeiras.

3.15.2. Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

- Imobilizado – Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Bancos conta movimento	92	131
Aplicações financeiras (a)	7.762	4.866
	<u>7.854</u>	<u>4.997</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,39% a.a. em 2022 (4,42% a.a. em 2021).

5. CONTAS A RECEBER

	2022	2021
Contas a receber (a)	2.205	3.377
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 10)	-	14.136
	<u>2.205</u>	<u>31.562</u>

- (a) O “Contas a receber” correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMOBILIZADO

	2022	2021
Aerogeradores	130.910	135.758
Instalações e benfeitorias	3.265	3.386
Máquinas e equipamentos	6.599	7.039
Equipamentos de informática	-	-
Imobilização em andamento	175	2
Direito de uso	6.335	5.798
	<u>147.284</u>	<u>151.983</u>

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

	Taxa de Depreciação a.a.	2020	Adições	2021	Adições	2022
Custo						
Aerogeradores	-	145.370	79	145.449	-	145.449
Instalações e benfeitorias	-	3.628	-	3.628	-	3.628
Máquinas e equipamentos	-	6.618	881	7.499	-	7.499
Equipamentos de informática	-	11	-	11	-	11
Imobilização de andamento	-	-	2	2	173	175
		<u>155.627</u>	<u>962</u>	<u>156.589</u>	<u>173</u>	<u>156.762</u>
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(4.844)	(4.847)	(9.691)	(4.848)	(14.539)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(121)	(121)	(242)	(121)	(363)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(221)	(239)	(460)	(441)	(900)
Equipamentos de informática		(10)	(1)	(11)	-	(11)
Móveis e utensílios	10	(5.196)	(5.208)	(10.404)	(5.410)	(15.813)
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		6.395	-	6.395	782	7.177
(-) Amortização		(299)	(298)	(597)	(245)	(842)
		<u>6.096</u>	<u>(298)</u>	<u>5.798</u>	<u>537</u>	<u>6.335</u>
		<u>156.527</u>	<u>(4.544)</u>	<u>151.983</u>	<u>(4.700)</u>	<u>147.284</u>

7. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Direito de uso do ativo arrendado	7.177	6.395
Amortização do período	(842)	(597)
Saldo contábil líquido	<u>6.335</u>	<u>5.798</u>
Passivo	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Arrendamento a pagar	682	468
(-) Juros a apropriar	(311)	(270)
	<u>371</u>	<u>198</u>
Arrendamento a pagar	11.820	8.619
(-) Juros a apropriar	(5.395)	(2.792)
	<u>6.425</u>	<u>5.827</u>
Saldo contábil líquido	<u>6.796</u>	<u>6.025</u>

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento Companhia.

(a) A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	Valor
2023	524
2024	524
2025	524
2026	524
2027 em diante	4.329
	<u>6.425</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2022	2021
Fornecedores	317	2.519
Fornecedores – partes relacionadas (nota 10)	7	269
	<u>324</u>	<u>2.788</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com sua controladora e coligadas.

9. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Consolidado	
	2022	2021
Financiamento BNB	78.660	82.852
Saldo contábil	78.660	82.852
Circulante	6.465	6.857
Não Circulante	72.195	75.995

A Companhia firmou o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em 28 de dezembro de 2018 e aditado em 16 de maio de 2019, perfazendo montante de R\$106.650, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção do parque eólico e as instalações da Companhia junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

10. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Contas a Receber (a)		Fornecedores (b)	
	2022	2021	2022	2021
Ventos Potiguares	-	14.136	7	269
	-	14.136	7	269

(a) Os valores correspondem ao saldo junto a Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. sua controladora, devido uma cessão de crédito de sua controladora Siemens Games no momento da instalação do parque eólico.

(b) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos.

10.1. Mútuo a pagar

Mútuo	2022	2021
	Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. (b)	12.910
	12.910	27.501

Os mútuos contratados junto a controladora da Companhia possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

11. PROVISÃO PARA RISCOS AMBIENTAIS E CÍVIEIS

A Companhia figura como parte em ações judiciais de naturezas cível e ambiental. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita não haver provisão para riscos ambientais e cíveis com perdas prováveis.

11.1. Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a exigência feita pelo IDEMA no processo administrativo de licenciamento ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, a Companhia discute nesta ação judicial ambiental o valor de R\$30mil em 31 de dezembro de 2022.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

11.2. Ações cíveis

A Companhia é parte em ação de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a indenização por danos morais, cuja execução está sob responsabilidade da Serveng Civilsan S.A. . Atualmente, a Companhia discute nesta ação judicial cível o valor de R\$1.800mil em 31 de dezembro de 2022.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

12. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$62.254 mil em 31 de dezembro de 2022, está representado por 63.138 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em razão do prejuízo da Companhia, o valor foi absorvido pelo prejuízo contábil do período, conforme DMPL.

(c) Prejuízos acumulados

A Companhia apurou lucro contábil antes dos impostos no montante de R\$1.269 mil em 31 de dezembro de 2022 (de R\$2.773 em 31 de dezembro de 2021), devido aos prejuízos acumulados de períodos anteriores foi absorvidos tendo o prejuízo líquido de R\$ 3.851 mil em 31 de dezembro de 2022 e (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Saldo inicial	(5.120)	(7.893)
Lucro líquido do exercício	1.269	2.773
Prejuízo acumulado líquido	(3.851)	(5.120)

13. RECEITA LIQUIDA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência.

As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas geograficamente, na região Nordeste.

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	2022	2021
Receitas		
Venda de energia mercado livre	27.249	24.759
Venda de energia mercado CP	512	5.665
Venda de energia elétrica múltiplo	81	-
	<u>27.842</u>	<u>30.424</u>
Impostos sobre faturamento		
ICMS sobre faturamento	-	(3)
PIS sobre faturamento	(181)	(198)
COFINS sobre faturamento	(835)	(913)
	<u>(1.016)</u>	<u>(1.114)</u>
Receita líquida de vendas	<u>26.826</u>	<u>29.310</u>

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

14.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais

Classificação por função	2022	2021
Custo dos produtos vendidos	(11.663)	(9.705)
Despesas administrativas e gerais	(6.652)	(6.36)
Outras receitas (despesas) líquidas	516	(8)
	<u>(17.799)</u>	<u>(16.029)</u>

Custos/Despesas	2022		2021	
	Custos dos Serviços	Outras receitas/ despesas gerais e administrativas	Total	Total
Custo de energia	(2.305)	-	(2.305)	(1.471)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão	(112)	-	(112)	(30)
Despesas com pessoal	(779)	(373)	(1.152)	(962)
Material	(536)	-	(536)	(309)
Serviços de terceiros	(3.242)	(868)	(4.110)	(5.230)
Depreciação e amortização (i)	(5.755)	-	(5.755)	(5.506)
Seguros	(3.833)	-	(3.833)	(1.567)
Tributos e taxas	(176)	-	(176)	(152)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(265)	445	180	(802)
	<u>(17.003)</u>	<u>(796)</u>	<u>(17.799)</u>	<u>(16.029)</u>

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 6.

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	574	270
Outras	31	1.510
	<u>605</u>	<u>1.780</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(6.729)	(10.545)
Juros sobre arrendamento	(565)	(279)
Despesas bancárias	(11)	(9)
Outras	(19)	(35)
	<u>(7.324)</u>	<u>(10.868)</u>
Total	<u>(6.719)</u>	<u>(9.088)</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

	Consolidado	
	2022	2021
Imposto de Renda		
Receita bruta	27.842	30.424
Alíquota	8%	8%
	<u>2.227</u>	<u>2.434</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	605	1.780
Base de cálculo	<u>2.832</u>	<u>4.214</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(425)	(585)
Adicional federal de 10%	(259)	(368)
Imposto apurado	<u>(684)</u>	<u>(953)</u>
Contribuição social		
Receita bruta	27.842	30.424
Alíquota	12%	12%
	<u>3.341</u>	<u>3.651</u>

	Consolidado	
	2022	2021
Outras receitas, inclusive financeiras.	605	1.780
Base de cálculo	3.946	5.431
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	(355)	(467)
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(1.039)</u>	<u>(1.420)</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	28.447	32.205
Imposto calculado (IR/CS)	<u>(1.039)</u>	<u>(1.420)</u>
	<u>3,65%</u>	<u>4,41%</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

17.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias.

17.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	324	-	-
Financiamentos	6.468	12.930	59.265

17.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

17.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição máxima é de R\$10.059, (R\$8.374 em 2021) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

17.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

17.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo	
	2022	2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	92	131
Aplicações financeiras	7.762	4.866
Contas a receber	2.205	3.377
Total	10.059	8.374
Passivos financeiros		
Fornecedores	324	2.788
Financiamentos	78.660	82.858
Total	78.984	85.640

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	92	-	-
Aplicações financeiras	-	7.762	-
Contas a receber	2.205	-	-
Total	2.297	7.762	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	324
Financiamentos	-	-	78.660
Total	-	-	78.984
	2021		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.768	-	-
Aplicações financeiras	-	3.229	-
Contas a receber	17.513	-	-
Total	19.281	3.229	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	2.788
Financiamentos	-	-	82.852
Total	-	-	85.640

17.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

17.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,39% (4,42% em 2021) para o CDI e 7,20% (5,32% em 2021) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	574	12,39%	71	89	107	53	36
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	6.729	7,20%	484	606	727	363	242
Resultado financeiro			<u>(413)</u>	<u>(517)</u>	<u>(620)</u>	<u>(310)</u>	<u>(207)</u>

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 2011, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Companhia não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.